

Tecendo Redes, Criando Laços: Uma Análise das Redes Sociais Pessoais de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social

Vanessa Russi Fiorini¹
Mariana Gonçalves Boeckel²

Resumo

Conhecer as Redes Sociais Pessoais (RSP) dos sujeitos permite compreender como estas podem atuar: fontes de saúde ou doença, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e violência, em que a (in)existência dessas redes são ainda mais cruciais no enfrentamento dos fenômenos. Objetivando conhecer as RSP de mulheres em situação de vulnerabilidade social e seus impactos nas vivências de violências interpessoais atuais, construiu-se o presente estudo. Com metodologia qualitativa, de estudo de casos múltiplos e caráter transversal, esta pesquisa entrevistou nove mulheres, atendidas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma cidade da região metropolitana de uma capital no Sul do Brasil. Neste estudo foram analisados, a partir da triangulação de dados e síntese dos casos cruzados, os dados provenientes dos mapas de RSP das participantes, genograma e da entrevista sobre as vivências atuais de violência. Os resultados sugerem as ausências vividas, econômicas e vinculares, especialmente no quadrante trabalho, impactando nos acessos sociais e de renda. O CRAS atuou como importante fonte de acesso a novos contatos e de ajuda material e de serviços. A RSP das entrevistadas se mostrou frágil no suporte às vivências de violência, demonstrando a importância de políticas públicas que invistam no incremento dessas redes e proteções.

Palavras-chave: redes sociais pessoais, violência, vulnerabilidade, mulheres, políticas públicas

Weaving Wefts, Making Ties: An Analysis of the Personal Social Network of Women in Social Vulnerability Situation

Abstract

To know the Personal Social Network (PSN) of the participants allow us to comprehend if they can act as sources of health or disease, especially in contexts of social vulnerability and violence when the

¹ Psicóloga pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2017) e mestra em Psicologia e Saúde pela UFCSPA (2020). Servidora Pública e Coordenadora de um Centro de Referência de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Guaíba. Membro do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz e do Programa Primeira Infância Melhor no município de Guaíba/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9491-377X>

² Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universitat de València (2013). É professora-adjunta na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e do Programa de Pós-Graduação Psicologia e Saúde na mesma Universidade. Atua, também, como terapeuta de família e de casais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2806-0238>

in/existence of those networks are even more crucial for facing this phenomenon. This study aimed to understand the PSN of women in social vulnerability situation and their impacts on the recent interpersonal violence experiences. With qualitative methodology, of multiple cases study and cross-sectional character, this research interviewed nine women accompanied followed up at a public local social service unit in a metropolitan town located in the South of Brazil. In this study, were analyzed, from data triangulation and crossed-case synthesis, the data collected from the participants PSN maps, genogram and interviews about nowadays violence experiences. The results suggest that absences, economical and relational, especially related to the job quadrant, impacting on social and income access. The local social service unit acted as an important source of new contacts access and material/services care. The interviewees' PSN emerged as fragile regarding violence experiences, showing the relevance of public policies that invest in increasing these healthy networks and protections.

Keywords: *personal social network, violence, vulnerability, women, public policies*

Introdução

A rede social pessoal é considerada como o conjunto das relações que estabelecemos em diferentes esferas da vida, incluindo desde as relações mais próximas, até aquelas mais distantes, correspondendo do micro ao macrosistema (Sluzki, 1997; Bronfenbrenner, 1996). A partir da rede social pessoal conseguimos compreender a constituição destas relações, que influenciam de modo bidirecional a nossa vida, seja nas decisões cotidianas, até aquelas políticas e ideológicas, dependendo da relação estabelecida (Sluzki, 1997; Barreto, 2016).

Sluzki (1997) enfatizou a importância de conhecermos as Redes Sociais Pessoais (RSP) ou Redes Sociais Significativas (RSS) das pessoas, percebendo-as como possíveis fontes de doença ou saúde. Sluzki (1997) sintetizou essa ideia no chamado mapa mínimo de pessoas e/ou instituições que estão em interação com aquele indivíduo. O mapa é constituído por quatro quadrantes: amigos, família, trabalho e/ou estudo e comunidade, serviço ou credo. Os quadrantes estão inscritos em três círculos concêntricos, correspondendo aos níveis de intimidade e compromisso relacional: no externo, estão as relações mais ocasionais, no intermediário, aquelas que se situam entre as íntimas e as eventuais e, no círculo interno, as mais próximas e vinculadas. Sluzki (1997) ainda considera as características estruturais, as funções exercidas e os atributos do vínculo presentes na rede, buscando uma avaliação qualitativa dos membros que a compõem.

Apesar de serem ainda incipientes os estudos utilizando a rede social como método de pesquisa e de intervenção Rangel (2007) sistematizou o mapa como um instrumento importante de avaliação das RSP. Neste campo, podemos destacar o estudo de Krenkell et al. (2015) sobre as RSP de mulheres vítimas de violência conjugal. O artigo analisou, a partir da Grounded Theory, as repercussões da relação violenta nas RSP e vice-versa, demonstrando sua capacidade de proteção, quando presente (Krenkell et al.). A pesquisa de Moré (2005), utilizou o mapa de RSP como instrumento clínico no contexto de atuação do psicólogo comunitário, demonstrando a sua capacidade de contribuir no processo de tomada de decisão dos pacientes durante os atendimentos, ampliando sua capacidade de mudança e melhorando sua qualidade de vida. Moré e Crepaldi (2012), ainda, abordam o método a

partir de seu uso em pesquisas qualitativas, enaltecendo seu potencial investigativo. Já Melo, Melo e Villar (2018), descrevem o uso do mapa de RSP como parte do processo de sua pesquisa em uma unidade básica de saúde. A partir dos resultados, Melo et al. (2018) destacam a participação nas atividades do serviço de saúde comunitário como um vetor importante para acesso a novos contatos e promoção de emancipação.

Compreendendo a importância do contexto e suas reverberações nas redes sociais pessoais, faz-se importante conhecer a instituição de que partem as participantes deste estudo: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é um serviço descentralizado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) busca trabalhar o fortalecimento da função protetiva das famílias, fomentando vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2014). Por meio do PAIF, o CRAS busca facilitar à população em situação de vulnerabilidade o acesso aos direitos e à proteção social, visando a aquisição de autonomia e emancipação social por parte desses sujeitos (Brasil, 2016; Guará, 2010).

Cabe destacar que a vulnerabilidade não é um conceito restrito a ausência de renda, apesar de esta impactar na fragilização das relações das pessoas que a vivenciam (Brasil, 2004). A pauperização dos vínculos afetivos e relacionais e a dificuldade de acesso a direitos, bens e serviços, configuram-se também como vivência de vulnerabilidade, culminando na possibilidade de vivência de risco social (Janczura, 2012; Carmo & Guizardi, 2018). Populações em situação de vulnerabilidade social estão mais suscetíveis a situações de violência, como mito legitimado culturalmente, especialmente a violência do subtipo doméstico (Sutter et al., 2015). Nesse sentido, o estudo integrado de Redes Sociais Pessoais e vivências de situações de violência se faz importante para compreender a influência das redes de suporte e seus impactos na vida de mulheres vítimas de violência (Beeble, et al., 2009).

Para os sujeitos que vivenciam de maneira mais acentuada as desigualdades sociais, as ausências refletidas em falta de empregos, de infraestrutura e de políticas públicas efetivas acabam por impactar na diminuição de sua qualidade de vida e incremento da violência, presente do micro ao macrosistema (Ferreira et al., 2016; Machado, 2016). Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde define a violência interpessoal como um fenômeno que possui alta probabilidade de resultar em lesão, dano psicológico, morte, prejuízo no desenvolvimento ou privação (WHO, 1996). Quanto à sua classificação, subdivide-se entre dois subtipos que referenciam aqueles que a perpetram, sendo estes: intrafamiliar/de parceiros íntimos e comunitária (WHO, 2014). Para Sluzki (1997), o uso do instrumento de RSP com pessoas e famílias em situação de pobreza e outras vulnerabilidades pode atuar como uma maneira de emancipação, revelando ao sujeito sua capacidade de protagonismo diante das situações.

Partindo-se dos conceitos de vulnerabilidade, Redes Sociais Pessoais e violência interpessoal, esta pesquisa objetivou conhecer as RSP em termos de estrutura, função e atributos do vínculo, e assim compreender se esta rede atuou de maneira protetiva em termos das vivências de violências atuais.

Método**Pesquisa Qualitativa, Exploratória e Transversal****Participantes**

Novo mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendidas por dois CRAS da região metropolitana de uma capital no sul do Brasil. As variáveis sociodemográficas coletadas estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos (n=9)

Variáveis Sociodemográficas	N	%
Sexo		
Mulheres	9	100
Idade		
Média	33,4	
Mínima	20	
Máxima	50	
Cor/ Raça		
Branca	6	66,7
Preta	3	33,3
Renda (per capita)		
Até R\$ 89,00	6	66,7
Entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00	0	0
Mais de R\$ 178,00	3	33,3
Inscrição no Cadastro Único		
Sim	9	100
Políticas de Transferência de Renda		
Sim	8	88,9
Não	1	11,1
Escolaridade		

Ensino Fundamental Incompleto	6	66,7
Ensino Fundamental Completo	1	11,1
Ensino Médio Completo	2	22,2
Estado Civil		
Solteira	5	55,6
Casada/União consensual	1	11,1
Divorciada	1	11,1
Separada	2	22,2
Número de Filhos		
1	1	11,1
2	3	33,3
3	2	22,2
4 ou mais	3	33,3
Situação de Moradia		
Própria (ocupação)	4	44,4
Própria (regularizada)	1	11,1
Cedida por familiar	4	44,4

Como critérios de inclusão do estudo foram considerados: ter mais de 18 anos, ser alfabetizada, ter pelo menos um filho, ter tido pelo menos uma relação amorosa com duração mínima de seis meses, ter coabitado com companheiro em algum momento. Já como critérios de exclusão: não ser usuária atendida nos CRAS do município em questão e não possuir inscrição no Cadastro Único de Programas do Governo Federal.

Procedimento para Coleta dos Dados e Éticos

O projeto foi aprovado pelo CEP – CAAE 3.458.839 e obedece às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Obtidas as devidas aprovações, foi iniciado o processo de coleta de dados, a partir de convite e agendamento das entrevistas nos CRAS de referência das participantes. As participantes foram acessadas por conveniência.

Instrumentos para coleta dos dados

A fim de coletar dados pessoais e sociodemográficos, elaborou-se uma ficha, para facilitar o levantamento e caracterização das entrevistadas, dados apresentados no subitem participantes.

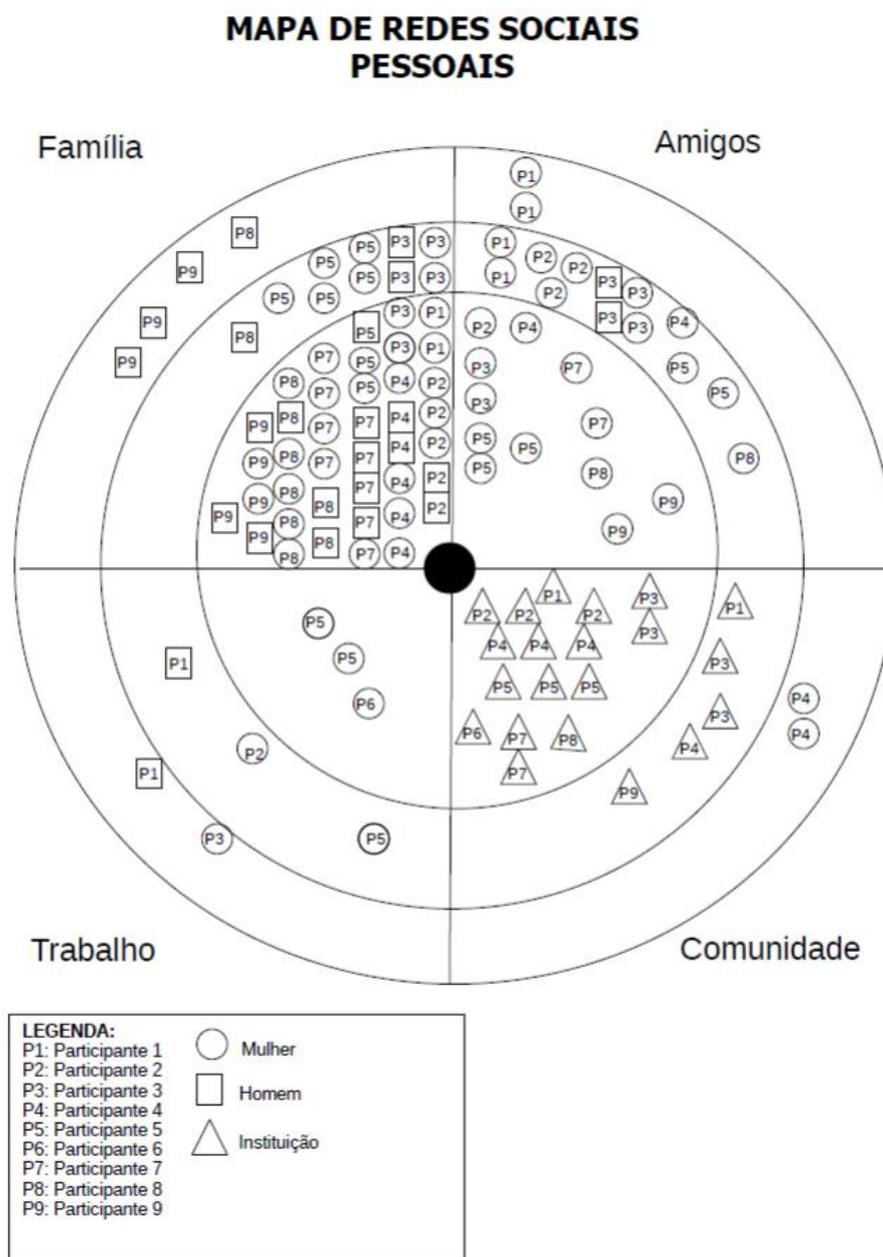
Após, foi aplicado o Mapa de Rede Social Pessoal (Rangel, 2007), com três instrumentos correlatos: a) Tabela Mapa de Rede Social-Pessoal: tabela dividida em quatro colunas, nas quais constam quatro categorias: amigos, família (e grau de parentesco), comunidade e trabalho. As entrevistadas devem listar as pessoas correspondentes à cada coluna, conforme grau de proximidade; b) Mapa da Rede Social-Pessoal: complementar ao instrumento “a”, este é um mapa composto por três círculos concêntricos, conforme proposto por Sluzki (1997), sendo o primeiro círculo o que denota as relações mais íntimas e o terceiro o de relações ocasionais e de conhecidos. Estes círculos estão divididos em quatro quadrantes, representando as quatro categorias do instrumento “a”. No mapa, serão representados por símbolos as instituições, grupos, homens e mulheres, com o respectivo número, referente ao questionário “a”; c) Questionário complementar para estrutura e funções da rede: composto de 10 perguntas, divididas entre questões de múltipla escolha e questões lacunares. Objetiva complementar as informações dos instrumentos “a” e “b”, para melhor compreensão da estrutura e função dos componentes da rede social pessoal (Rangel, 2007), d) Genograma e Entrevista Aplicada ao Genograma . A entrevista, elaborada pelas autoras, é composta por um roteiro semiestruturado de onze perguntas. Neste trabalho serão apresentados os dados que se referem às vivências de violências atuais, para discussão com os dados obtidos no Mapa de Redes Sociais Pessoais.

Procedimentos para Análise dos Dados

Foi realizado o levantamento e análise das respostas do instrumento de Redes Sociais Pessoais, a partir da teoria de Sluzki (1997) – avaliou-se a RSP em termos de estrutura, função e atributos do vínculo – e triangulação destes com os dados (Yin, 2015) das vivências atuais de violência e questionário de dados sociodemográficos. A triangulação dos dados corresponde a um processo de uso de múltiplas fontes de evidência, visando fornecer maior robustez aos achados, visto que contempla uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais. Os dados do instrumento de RSP, provenientes das respostas das participantes, foram tabulados e analisados a partir da síntese dos casos cruzados (Yin, 2015), buscando compreender as semelhanças e singularidades entre os nove casos.

Resultados

FIGURA 1. Mapa de Redes Sociais Pessoais



Na Figura 1, podemos observar a distribuição das pessoas e instituições citadas pelas participantes nos quatro quadrantes do Mapa de Redes Sociais Pessoais (RSP). É possível perceber que, no que concerne à comunidade, foram citadas primordialmente instituições. E das instituições citadas, muitas delas se repetiram: das nove participantes, todas mencionaram o CRAS e quatro incluíram Unidades Básicas de Saúde/Estratégias de Saúde da Família. Dentre as menos mencionadas, houve duas referências para centros comunitários, escolas e centros religiosos/igrejas, enquanto padaria e a Secretaria Municipal de Assistência Social apareceram em um mapa, cada.

Já no quadrante de amigos, predominou entre as nove entrevistadas a indicação de mulheres. O mesmo ocorreu no que diz respeito à família, ainda que em um grau menor de disparidade entre os sexos. Em uma análise mais minuciosa sobre as relações familiares dos membros citados, é possível perceber que, de modo geral, as mulheres se fizeram mais presentes, tendo sido 23 mulheres e 17

homens. Dessas mulheres, irmãs e filhas estavam em 66,7% das RSP das participantes; mães em 44,4%, avó e tia em 22,2% e prima, cunhada e sobrinha em 11,1%. Quanto aos homens citados pelas participantes, 66,7% referiram filhos como membros de sua RSP familiar, 33,3% irmãos, 22,2% marido, pai e sobrinho, enquanto 11,1% mencionaram ex-marido e tio.

Já no quesito trabalho, quatro participantes, respectivamente as de número 4, 7, 8 e 9, não indicaram sequer uma pessoa ou instituição como pertencente às suas redes sociais pessoais. Destas, três definiram sua profissão como dona de casa ou do lar, e uma delas atribuiu a si duas ocupações: dona de casa e autônoma (vendedora de bolos). As outras cinco participantes, que citaram elementos em sua RSP de trabalho, eram todas compostas por pessoas, não constando nenhuma instituição. A ausência de instituições nos mapas de todas as participantes, no que concerne ao trabalho, pode ser explicada pelo fato de as entrevistadas não estarem vinculadas a trabalhos formais. Nesse sentido, àquelas que mencionaram elementos em sua rede, citaram pessoas para quem prestam algum serviço informal (como diaristas, por exemplo), referências de antigos trabalhos ou pessoas que as auxiliam em trabalhos de reciclagem.

Cabe destacar alguns fatores que destoam das respostas da maioria das participantes. A participante 6, por exemplo, não citou qualquer pessoa ou instituição, tanto no que se refere ao quadrante família, quanto ao de amigos. Foram também apenas as participantes 4 e 7 que apontaram espaços de religião como pertencentes a suas RSP no eixo comunidade, sendo eles: igreja e centro de religião (umbanda). A P7, quando trouxe sobre o espaço de religião, falou sobre sua importância, mas também sobre o preconceito que enfrentava de seus familiares por frequentá-lo. Já a P3, foi a única a citar dois homens no quadrante amigos, ainda que tenha referido também quatro mulheres, duas delas no círculo que corresponde às relações mais próximas. A exceção no quadrante comunidade foi representada pela Participante 4, a única a citar pessoas – mais especificamente duas mulheres – no âmbito comunitário. Contudo, cabe ressaltar que uma das mulheres citadas pela P4 foi uma relação desenvolvida na oficina de artesanato do CRAS (presente no círculo das relações mais íntimas).

Vivências de Violências Atuais

Quanto às vivências de violência atuais das entrevistadas, das nove participantes, oito relataram ter vivido episódios violentos. A P1 não relatou ter vivência atual de violência, apesar de ter presenciado episódios em sua família. Todas as demais participantes referiram ter passado por situações violentas.

No que tange à violência intrafamiliar, apareceram os subtipos conjugal e negligência. As participantes P3, P4, P8 e P9 referiram ter vivenciado episódios de violência conjugal, sendo que a P9 relatou ter passado por esse tipo de situação em duas ocasiões. Destas, todas relataram ter recebido algum tipo de suporte: P3 mencionou ter sido auxiliada pela irmã, P4 pela igreja e CRAS, P6 pelo CRAS e instituição religiosa, P8 pelo Fórum, e P9 relatou ter percebido apoio em apenas uma das situações vividas, de seus vizinhos e da sogra. A situação de negligência foi mencionada pela P5, que não obteve apoio na vivência; a negligência foi por parte do genitor de uma de suas filhas, pela ausência de comprometimento no desempenho do papel paterno.

Já as vivências de violência extrafamiliar (urbanas ou comunitárias) foram três: P7 trouxe sobre situação de tiroteio decorrida do envolvimento de seu irmão com o tráfico de drogas, tendo buscado referência de suporte na religião (Umbanda), mas não tendo percebido apoio direto de pessoas ou instituições. A ausência de suporte foi também percebida por P5, que vivenciou uma situação de furto na comunidade em que vivia anteriormente. Por outro lado, a P2, que vivenciou situação de assalto na saída de um antigo trabalho, sentiu-se apoiada apenas por sua mãe, mas não houve respaldo de nenhuma instituição ou órgão de garantia de direitos. A compreensão da ocorrência dessas vivências violentas e a presença ou ausência de suporte pessoal e institucional, permite conhecer de maneira mais profunda a relação das RSP e sua capacidade protetiva.

Discussão

Para uma avaliação global da Rede Social Pessoal, faz-se necessário pensá-la em termos de estrutura, função e atributos do vínculo (Sluzki, 1997). De modo geral, a partir da análise proposta por Sluzki (1997), podemos verificar que a estrutura das redes das mulheres entrevistadas é pequena e pouco heterogênea. Ou seja, são poucas as instituições e pessoas pertencentes à rede das mulheres e, de modo geral, assemelham-se a elas em termos de idade, sexo, cultura e nível socioeconômico. Em termos de composição da RSP, centrou-se no quadrante família, especialmente nas relações mais íntimas, acarretando uma acessibilidade maior aos membros da rede. Ainda assim, cabe apontar que a quantidade de sujeitos citados no eixo família é inferior ao número de pessoas presentes na composição familiar das participantes, conforme dados sociodemográficos.

Quanto às funções da rede, é possível perceber que algumas delas são desempenhadas por mais de uma pessoa/instituição, enquanto outras, ficam centradas em apenas um elemento da rede. No que concerne à função de companhia social, que compreende o estar junto ou passar tempo com alguém, as participantes, majoritariamente, citaram amigas, corroborando os achados de Krenkel, Moré e Motta (2015). Já a regulação social, que corresponde à função de adequação ao ambiente, em termos de comportamentos e expectativas coletivas, foi predominantemente desempenhada pelo eixo comunidade, mais especificamente pelo CRAS, seguida pela igreja/centros religiosos. Esse achado difere do encontrado por Krenkel et al. (2015), em que a família foi o principal quadrante a desempenhar esta função, mas se assemelha ao estudo de Melo et al., (2018). Neste, os participantes descreveram o serviço de saúde comunitária como um local de interação, participação e facilitador de novas amizades e identificações, indo de encontro ao presente estudo, em que as entrevistadas atribuíram este papel ao CRAS, espaço também inscrito na comunidade (Melo et al., 2018). O CRAS também foi responsável pelo desempenho da função de acesso a novos contatos. Cabe destacar que as pessoas apontadas no quadrante amigos são majoritariamente mulheres, o que vai de encontro ao estudo de Krenkel et al., (2022), denotando os vínculos de solidariedade e participação social que se constituem entre essas mulheres e usuárias de serviços/políticas públicas, demonstrando a sororidade construída, como forma de proteção entre elas.

O exercício das funções de regulação social e acesso a novos contatos pelo CRAS pode ser explicado por intermédio do desenvolvimento de grupos familiares e comunitários no âmbito do PAIF e

do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2016). Ações, estas, que possibilitam o incremento e a criação de vínculos comunitários, a partir do sentimento de pertença, conhecimento do território de vivência e de seus impactos na vida das famílias (Brasil, 2010-11). É também papel do CRAS a garantia do acesso aos direitos e serviços e fortalecimento das redes de proteção social, a partir do Trabalho Social com Famílias (TSF), atuando para que os sujeitos e as famílias possuam autonomia e emancipação social (Brasil, 2016; Guará, 2010). Já o desempenho da função de ajuda material e de serviços, também atribuído ao CRAS, está provavelmente associado à provisão de benefícios eventuais e encaminhamento de benefícios socioassistenciais e transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) (Brasil, 2004). Outrossim, é importante destacar que na função de ajuda material e de serviços, além da comunidade, também despontou a família, com cinco menções. Já no que se refere ao acesso a novos contatos, duas participantes (P5 e P9) referiram não ter nenhum sujeito ou instituição que ocupasse essa função, evidenciando uma lacuna de função nestas redes.

O apoio emocional, função caracterizada pela capacidade de ressonância emocional, acolhida e compreensão encontrada na relação, está mais comumente vinculada às relações de amizade íntimas e familiares próximas (Sluzki, 1997). Nas mulheres entrevistadas a descrição da função veio de encontro ao proposto por Sluzki. Destaca-se que a P6 não identificou sequer um elemento no desempenho deste papel, o que pode indicar empobrecimento das relações, visto que tal participante demonstrou ausências em mais de uma função de sua rede. Na função de guia cognitivo e de conselhos, que se refere ao compartilhamento de informações pessoais, esclarecimento de expectativas e representação de um modelo para o outro, também apareceram membros da família (citado por seis participantes) e amigos, exceto pelas P3 e P6, que não identificaram o desempenho deste papel. A família, atuante na função de ressonância emocional e guia cognitivo tem papel fundamental ao longo do ciclo de desenvolvimento humano. Neste núcleo somos, ao mesmo tempo, dependentes e responsáveis por sua criação, circunscritos em uma cadeia transgeracional de sustentação, reconhecimento e constituição psíquica, capazes da elaboração de transformações (Passos, 2011). Nesse sentido, para a constituição de uma família com dinâmica saudável, faz-se necessário o estabelecimento de equilíbrio entre a capacidade de flexibilidade e a limitação de fronteiras, promovendo, ao mesmo tempo, autonomia e proteção, adequados a cada etapa do ciclo vital (Wagner et al., 2011). Para Cerveny e Berthoud (2010), família e sujeito estão fortemente interligados, ocorrendo mudanças em ambos os ciclos de desenvolvimento, ritmados de maneira concomitante, o que requer entre eles equilíbrio, estabilidade e maleabilidade, vinculadas a estrutura e cultura da sociedade em que se inserem.

De maneira paradoxal, neste estudo, a família se apresentou como principal fonte de apoio emocional (com exceção do subsistema marital), mas também, como o principal meio de ocorrência das situações violentas, especialmente no subsistema conjugal transgeracional. Isso pode revelar aspectos de atributos do vínculo, como o baixo compromisso, história empobrecida do vínculo conjugal – 88,9% eram separadas, divorciadas ou solteiras – com relatos conflitivos dessas relações e baixo compromisso relacional (Sluzki, 1997). Nestas ocorrências violentas, a procura por suporte se deu ou na família extensa (irmã e sogra) ou na comunidade (vizinhos e órgãos de proteção social e garantia

de direitos), demonstrando que em situações de violência intrafamiliar, não se pode contar com o suporte da família nuclear atual. Houve, ainda, alguns casos que as entrevistadas não relataram nenhum suporte. Isso revela, de modo ambivalente, a dificuldade e a importância de acessar as redes externas quando não há níveis satisfatórios de apoio intrafamiliar, achado semelhante ao estudo longitudinal de Seibel et al. (2017), realizado com 148 famílias da capital gaúcha. Assim, cabe ressaltar a importância do contexto comunitário, apontando para os efeitos positivos desta rede nas famílias em situação de vulnerabilidade social, no estabelecimento de um vínculo capaz de produzir risco ou proteção, a partir da interação entre os microsistemas (Bronfenbrenner, 1996; Prelow et al., 2010; Seibel et al., 2017).

Neste sentido, o paradoxo também aparece no relato das participantes quanto ao ambiente comunitário, o qual pode ser de proteção e de risco. As violências extrafamiliares citadas pelas participantes foram três: duas que podemos caracterizar como violência urbana – furto e assalto – e outra que corresponde à violência no território, devido à vivência de um tiroteio oriundo de um conflito pelo tráfico de drogas, ocorrido na casa dos familiares da entrevistada. Nestas situações, nenhuma delas percebeu apoio institucional, sendo que a única que se sentiu amparada foi a P2, que recebeu suporte de sua genitora; demonstrando que, quando a violência foi externa ao núcleo, houve esse apoio, em pelo menos uma das participantes. Faz-se necessário pensar nas desigualdades impressas nos territórios em situação de vulnerabilidade social, denotando as ausências em termos de atividades econômicas, empregos e infraestrutura urbana, acirrando os riscos sociais e diminuindo a qualidade de vida (Ferreira et al., 2016). Ainda cabe ressaltar que o medo que atravessa essas situações violentas é somente legitimado pelas mídias e pela sociedade quando advém de classes sociais abastadas, sendo ainda pouco discutida a insegurança vivenciada pelas camadas mais populares, que enfrentam, ademais, vulnerabilidades psíquicas e sociais que carecem de políticas sociais e de segurança pública (Neder, 2018). Azevedo et al., (2019) pontuam, ainda, que a RSP atuaria como promotora de saúde nos contextos em que é adequada e suficiente para atender às necessidades daquele indivíduo, o que não foi observado no caso das mulheres entrevistadas.

Essas ausências e fragilidades são refletidas também pela inexistência de trabalhos formais das entrevistadas, representadas pelo diminuto número de elementos no quadrante trabalho e a quase ausência de função de pessoas e instituições deste eixo na vida das participantes. As exceções a essa situação apareceram pela P6, que citou uma pessoa do quadrante trabalho desempenhando a função de ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos e P6 e P1 que citaram pessoas relacionadas ao trabalho como companhia social. Nessas situações particulares, cabe pontuar que os elementos referidos correspondiam a pessoas, e que os trabalhos executados eram ou voluntários ou intermitentes, demonstrando a precarização dos vínculos trabalhistas – dados apenas de maneira informal, o que também explica a inexistência de instituições neste quadrante.

A realidade expressa pelo mapa de redes sociais pessoais das entrevistadas deflagra a condição de falta crônica do trabalho vivenciada, e para muitas a impossibilidade de ser recrutada para uma vaga de emprego no setor formal, levando a uma marginalização permanente pelo excedente estrutural de mão-de-obra enfrentado no Brasil (Proni, 2013). Nesse contexto, é necessário pensar que se encontra uma violência não nomeada, macrossistêmica, estrutural e (des)estruturante e, por isso, tão difícil de

ser identificada pelas entrevistadas, encontrando-se infiltrada em todos os eixos da vida, influenciando os demais sistemas e suas interações (Bronfenbrenner, 1996). Nesse sentido, a retomada de investimento em políticas públicas, tais como o Plano Nacional de Trabalho Decente, que busquem o combate à pobreza e superação das desigualdades sociais através de empregos formais para a população são a única via possível para erradicar condições de miséria e a pobreza estrutural globalizada (MTE, 2010; Santos, 2020). Lima (2007), sinaliza que à despeito da flexibilização das condições de trabalho, este segue tendo uma função central na formação de identidade dos sujeitos, dando sentido à sua inserção social e construindo perspectivas de carreira, sonho e referências de mundo, a partir da consolidação do “ser trabalhador”. Neste trabalho, foi possível perceber que também a ausência desse eixo na vida das mulheres representou outras tantas, refletidas no tráfico de drogas, violências comunitárias, falta de redes nas situações de violência intrafamiliar e para exercer outras tantas funções na RSP, revelando a desproteção do Estado na garantia de direitos (Lima, 2007).

Considerações Finais

Os resultados e as respectivas discussões descritas neste artigo viabilizaram um olhar para as redes sociais pessoais das mulheres entrevistadas, assim como para as repercussões das mesmas nas vivências de situações violentas. Foi possível perceber as ausências encontradas no quadrante trabalho e a identificação de uma instituição em comum no eixo comunidade (CRAS), bastante presente na vida dessas mulheres, bem como as funções de apoio emocional e guia cognitivo centradas na família. Diante de situações de violência intrafamiliar, percebeu-se que o suporte da rede, especialmente no quadrante família, ficou empobrecido, sendo necessário recorrer a órgãos de garantia de direitos. A busca por esses órgãos, na maioria dos casos, ocorreu sem suporte familiar; em outras situações, as mulheres acabaram por não denunciar essas violências, perpetuando o silenciamento como destino dessas violências. No enfrentamento da violência extrafamiliar/comunitária, o suporte se mostrou ainda mais incipiente, revelando a violência macroestrutural que atua como pano de fundo das repercussões no cotidiano (assaltos, conflitos armados, furtos, desemprego, entre outros), denotando uma banalização desses atos.

Evidenciaram-se, assim, ausências estruturais que impactaram na capacidade da RSP em fornecer suporte adequado nas situações violentas, podendo ser pensada pelo seu pequeno tamanho, sobrecarga e ausências. Para Sluzki (1997), variáveis macrosociais reverberam na experiência social de indivíduos em situação de pobreza, levando a uma falta de controle sobre seu meio, não só pela dependência de instituições de Estado, mas pela ausência de feedback do mundo diante de suas ações. Essa percepção de perda de potencial para gerar mudança a partir do próprio potencial pode levar à uma “falta de esperança aprendida” (Seligman, 1975, citado em Sluzki, 1997).

Sem a pretensão de concluir o debate, é preciso pensar: qual o papel das políticas públicas em termos de inclusão das famílias e facilitação do seu protagonismo e emancipação social, na construção da possibilidade de novas histórias? O próprio Mapa de Redes Sociais Pessoais aponta um caminho possível, a partir do convite para a participação das famílias de forma ativa nos processos sistêmicos; para isso, sair da posição profissional de “suposto-saber” é primordial. Cabe às redes formais –

especialmente as de assistência social e saúde – favorecerem espaços de tomada de decisão e autonomia dos sujeitos, na busca de mudanças qualitativas das necessidades apresentadas, desde as redes identificadas às que precisam ser fortalecidas.

Esse estudo, apesar de limitado à uma população e contexto específico, buscou demonstrar a importância dessa construção conjunta – de relações, formais e informais, evidenciando uma das muitas possibilidades de fortalecer redes e criar laços. Como limitação, cabe apontar que as mulheres entrevistadas já estavam vinculadas aos CRAS do seu município, o que pode ter favorecido processos de reflexão em algumas temáticas. Para pesquisas futuras, sugere-se a utilização do instrumento de RSP em estudos longitudinais, em que se possa compreender a evolução do mapa de redes sociais pessoais, e seu impacto nas tessituras de rede dos sujeitos acompanhados.

É importante pensar acerca da construção que acontece no “entre” das políticas públicas, através de sua idealização e execução. E é nesse sentido que as reverberações possíveis dessas políticas públicas devem ser debatidas no combate às violências macro e microssistêmicas para que se construa políticas para desconstruir violência. A pesquisa e o fazer profissional ético e comprometido se colocam como fontes de enfrentamento às desigualdades, ausências e mazelas descritas nesse trabalho. Pautando o fazer no conhecer, é possível garantir direitos e contribuir para que as relações familiares sejam capazes de produzir saúde, com o suporte de redes formais e informais ativas. Por intermédio da escuta das nove mulheres foi possível conhecer um recorte da realidade por elas vivida. Dar voz às mulheres viabiliza pensar futuros que privilegiem a qualidade das relações, das proteções e dos afetos. A integralidade se faz em rede, e a rede se faz em laço – afetivo, relacional e bidirecional.

Referências

- Azevedo, A. M. S., Silva, M. A. & Colosseo, T. C. M. (2019). Promoção de saúde no contexto das redes sociais significativas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 63, 55-66, doi: 0.21452/2594-43632019v28n63a03.
- Barreto, A. de C. (2016). Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: A teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, 22(2), 275-293, doi: 10.5752/P.1678-9523.2016V22N2P275
- Beeble, M. L., Bybee, D., Sullivan, C. M., & Adams, A. E. (2009). Main, mediating, and moderating effects of social support on the well-being of survivors of intimate partner violence across 2 years. *Journal of consulting and clinical psychology*, 77(4), 718, doi: 10.1037/a0016140.
- Brasil (2004). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social*. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/UynlF>
- Brasil (2010). *Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Trabalho Decente*. Brasília. Recuperado de: Hiperlink, www.mte.gov.br/antd/programa_nacional.asp.
- Brasil (2010-11). O CRAS que temos, o CRAS que queremos. Orientações técnicas. Metas de desenvolvimento dos CRAS: período 2010/2011. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/FHu4a>

- Brasil (2014). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/yeAqo>
- Brasil (2016). Caderno de orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Uma articulação necessária na Proteção Social Básica. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/reNbF>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Artmed. (Obra original publicada em 1977).
- Cerveny, C. M. O., & Berthoud, C. M. V. (2010). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. Casa do Psicólogo.
- Ferreira, I. C. B., Vasconcelos, A. M. N., & de Penna, N. A., (2016). Violência urbana: A vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. *Anais*, 1-18. Recuperado de: <https://bityli.com/y0Vu1>
- Guará, I. M. F. R. (2010). Família e território, eixos centrais do trabalho social. In *Redes de Proteção Social* (Vol. 1, Cap. 3, pp. 52-64). Secretaria de Desenvolvimento Humano. Recuperado de: <https://bityli.com/VWP1P>
- Krenkel, S., Moré, C. L. O. O., & Motta, C. C. L. D. (2015). The significant social networks of women who have resided in shelters. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 25(60), 125-133, doi: 10.1590/1982-43272560201515
- Krenkel, S., & Moré, C. L. O. O. (2022). Características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres ex-abrigadas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 38, doi: 10.22491/1678-4669.20200043
- Lima, M. E. A. (2007). Trabalho e identidade: Uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Educação & Tecnologia*, 12(3). Recuperado de: <https://bityli.com/2o1FL>
- Melo, R. H. V. de, Melo, M. L. de, & Vilar, R. L. A. de, (2018). Análise de redes sociais: A reciprocidade entre usuários e profissionais na estratégia saúde da família. *Revista Ciência Plural*, 4(1), 22-35. Recuperado de: <https://bityli.com/8JI27>
- Neder, G. (2018). Violência, vulnerabilidade e direitos humanos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 12(4), doi: 10.29397/reciis.v12i4.1669
- Papp, P. (1992). *O processo de mudança: Uma abordagem prática à terapia sistêmica da família*. Artes Médicas.
- Passos, M. C. (2011). Prefácio. In A. Wagner & Cols. *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (Vol. 1, Prefácio, pp. 15-18). Editora Artmed.
- Prelow, H. M., Weaver, S. R., Bowman, M. A., & Swenson, R. R. (2010). Predictors of parenting among economically disadvantaged Latina mothers: Mediating and moderating factors. *Journal of Community Psychology*, 38(7), 858-873, doi: 10.1002/jcop.20400
- Proni, M. W. (2013). Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, 22(3), 825-854, doi: 10.1590/S0104-06182013000300009
- Rangel, M. P. (2007). *Redes sociais pessoais: Conceitos, práticas e metodologia*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS. Recuperado de: <https://bityli.com/LZr1b>

- Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Record.
- Seibel, B. L., Falceto, O. G., Hollist, C. S., Springer, P. R., Fernandes, C. L. C., & Koller, S. H. (2017). Rede de apoio social e funcionamento familiar: Estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando Famílias*, 21(1), 120-136. Recuperado de: <https://bityli.com/pN60h>
- Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. Casa do Psicólogo.
- Sutter, C., Morais, C. A. & Albuquerque, R. M. M., (2015). Cultura e violência intrafamiliar: Trabalhando em situação de crise. In C. Sutter, J. S. N. F Bucher-Maluschke, & J. S. Pedroso, (Orgs.). *Família e vulnerabilidade social: Pesquisas e intervenções* (Vol. 1, Capítulo 8, pp. 163-181). Editora Appris.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Bookman Editora.
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: Revisitando conceitos. In A. Wagner & Cols. *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (Vol. 1, Cap. 1, pp. 19-35). Editora Artmed.
- World Health Organization (1996). *The world health report 1996: Fighting disease; fostering development*. Recuperado de: <https://bit.ly/2NXFloF>.
- World Health Organization. (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. Recuperado de: <https://bit.ly/12sUA5Y>.

Endereço para correspondência

vanessarussifiorini@hotmail.com

marianagb@ufcspa.edu.br

Enviado em 14/10/2022

1ª revisão em 16/11/2022

Aceito em 05/12/2022